



Ofício.nº 392/2020/GP/PMMDO

Mirassol D'Oeste, 16 de março de 2020

**Excelentíssimo Senhor
Secretário Executivo
Daru Antonio Carniel
São Jose dos Quatro Marcos - MT**

Ref.: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Excelência,

Cumprimentando-o, encaminho a Vossa Excelência, em atenção o ofício nº. **OFÍCIO nº 028/2020/CIDESAT**, o Município de Mirassol D'Oeste vem informar que se manifesta de forma **FAVORÁVEL**, á adesão na ata de **Registro de Preços nº 029/2019**, oriunda do **Pregão Presencial nº 024/2019**, firmado com a empresa: **P. S. FABRE & CIA LTDA - ME**, inscrito no CNPJ nº. **09.054.991/0001-60**, **WILHEN C MORETTI & MORETTI LTDA**, inscrito no CNPJ nº. **37.460.987/0001-37** e **BOMBAS HIDRÁULICAS UNIÃO LTDA**, inscrito no CNPJ nº. **04.121.434/0001-09**.

Previsto desde o regime anterior, o limite individual permitia que cada órgão ou entidade não participante pudesse aderir a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

Em outras palavras, cada órgão ou entidade, individualmente, poderia "pegar carona" até, no máximo, o quantitativo total registrado em ata.

Com a mudança promovida pelo novo decreto, o §3º do art. 22 do decreto nº 7.892/13 foi alterado e prevê a redução do limite individual de 100% (cem por cento) para 50% (cinquenta por cento).

A possibilidade da Ata de Registro de Preço, durante sua vigência, ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante Anuência do Órgão Gerenciador, conforme permissivo contido no Artigo 22, do Decreto Federal nº 7.892/2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preço.



Ata de Registro de Preço nº 029/2019 possui vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de **27 de maio de 2019**, ou seja, em plena vigência na presente data.

O decreto Federal nº 7.892/2013, em seu Artigo 22, § 3º, impõe o limite máximo de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preço (limite Individual).

§ 3º As aquisições ou as contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

Com a alteração promovida pelo novo decreto, o §4º do art. 22 do decreto nº 7.892/13 foi alterado e para reduzir o limite global a apenas **ao dobro do quantitativo registrado** a cada item.

Órgão não poderá exceder, na totalidade, ao Quíntuplo do quantitativo registrado na Ata de Registro de Preço, independente do número de órgãos não participantes que aderirem, forte no Artigo 22, § 4º, do decreto Federal (limite total).

Tendo em vista que os limites Individual e Geral não foram atingidos, logo torna-se possível a adesão pelo órgão solicitante, limite máximo de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preço.

Importante ressaltar que o TCU se posiciona pela legalidade do procedimento e admite a atualização da adesão (carona).

Conforme solicitado, segue cópia da referida Ata de Preços e demais documentações.

Ao ensejo, renovo votos de apreço e consideração.

Atenciosamente,



Euclides da Silva Paixão
Prefeito